

Discurso fundador, história e subjetividades

Mériti de Souza

RESUMO

Neste estudo analisamos os pressupostos da cena fundante e da história oficial como referenciais explicativos para a constituição dos modos de subjetivação. Utilizar esses pressupostos implica a adoção do mito da origem como capaz de explicar a constituição do país e das subjetividades. Temos, assim, tanto a questão do conteúdo remetido às representações construídas da origem, quanto o problema da manutenção do *status quo*, gerado pela adoção de um sentido “verdadeiro” para a interpretação histórica. Interessa questionar esse cenário, dada a sua associação à concepção da organização subjetiva e das práticas clínicas.

Palavras-chave: Cena fundante; História; Subjetividades.

Estudos sobre os aspectos históricos e suas relações com a constituição psíquica e, conseqüentemente, sobre as práticas clínicas, demandam a utilização das narrativas e da memória construída sobre o grupo social a ser trabalhado. Essas análises trazem à baila uma série de questões a serem pensadas, entre as quais a adoção da tese da cena fundante e da história oficial como referências analíticas.

Por um lado, consideramos viáveis as análises orientadas pelo pressuposto da(s) cena(s) fundante(s), pois as representações elaboradas pelos brasileiros sobre a origem do Brasil associam-se àquelas elaboradas sobre sua própria origem, desempenhando importante papel na constituição das subjetividades. Por outro lado, essa abordagem, ao entender o passado como uma reconstrução *a posteriori*, feita com o objetivo de responder ao irrespondível – a origem –, aposta no entendimento da cena originária como mítica. Nesse caso, ocorre a cristalização da representação da cena fundante nacional, com o estabelecimento de um sentido único para esses acontecimentos.

• Texto recebido em setembro de 2002 e aprovado para publicação em novembro de 2002.

Na mesma perspectiva, a utilização da historiografia oficial para análises sobre cultura e constituição do sofrimento psíquico implica a adoção de uma leitura da história brasileira que corresponda às representações construídas por setores que dominam o cenário econômico e intelectual. Não negamos a força ou a pertinência constitutiva dessas representações, nem idealizamos as narrativas excluídas. Avaliamos que o excluído desempenha papel fundamental na própria eleição da memória e da história oficial,¹ mantendo o jogo de força com elas. Avaliamos também que a história oficial da trajetória econômica e social do país continua sendo utilizada, pois a própria historiografia dispõe de poucos estudos sobre os grupos excluídos e os discursos por eles construídos sobre suas experiências.

Entretanto, a questão mais complexa quando da adoção da história oficial nas análises sobre constituição psíquica e aspectos culturais incide no fato de que essa leitura se baseia em discursos fundadores que, por sua vez, sustentam o pressuposto da cena fundante e do mito de origem. A versão da história oficial, para manter o sentido único e verdadeiro dos acontecimentos presentes no cenário nacional, necessita recorrer ao discurso fundador que sustenta o pressuposto de que determinados fatos e acontecimentos inauguram a cena histórica. Assim, o país é marcado por alguns episódios e algumas interpretações destes guindadas à condição de chaves interpretativas da constituição subjetiva dos brasileiros.

Particularmente no Brasil, ganha fôlego nos últimos anos uma série de estudos que analisam essas questões (Calligaris, 1992; Figueiredo, 1995; Goldenberg, 1997; Souza, 1994; Silveira e Cardoso, 1997; Souza, 1999). Acompanhando essas discussões, gostaríamos de problematizar como referenciais analíticos a utilização da cena fundante e da história oficial construída sobre o país. Estudos que utilizam o pressuposto de um ato inaugural para pensar a constituição subjetiva dos brasileiros necessitam levar em consideração, particularmente, a idéia do mito de origem, ou seja, o pressuposto de que é possível explicar o acontecimento/presente a partir de suas origens.

Para trabalharmos essas questões, apresentamos as discussões em que Piera Augagnier (1979) problematiza o referencial da cena fundante em suas relações com o processo de constituição das subjetividades. Na seqüência, utilizamos esse referencial para analisarmos a história oficial, os estudos sobre os modos de subjetivação e o contexto sociocultural.

¹ Por história oficial entendem-se as análises e representações hegemônicas da trajetória social, econômica e política brasileira, nas quais prevalece um sentido único e linear marcado pela adoção de interpretações produzidas pela parcela da população que detém o poder econômico e cultural.

CENA FUNDANTE: CONSIDERAÇÕES DE PIERA AULAGNIER

Aulagnier (1979) define grupo social como o conjunto de sujeitos regidos pelas mesmas instituições, que falam a mesma língua e, quando é o caso, têm uma mesma religião. Esse conjunto pode produzir e sustentar um número indeterminado de enunciados.

Os enunciados que o grupo social articula sobre si mesmo e que procuram dar conta da sua razão de ser e da origem dos seus modelos e da realidade do mundo constituem os enunciados do fundamento, que apresentam como característica a necessidade de preservar uma concordância entre campo social e campo lingüístico. Dependendo do grupo social, os enunciados se dividem em míticos, sagrados ou científicos, tendo em comum o fato de proporem explicações acerca da origem do modelo adotado pelo grupo social a que pertencem.

A autora aponta-nos que o sujeito, ao apropriar-se do discurso fundador (sagrado ou não) e dos enunciados dos fundamentos, apropria-se do direito de ser reconhecido pelo grupo social como um dos seus membros. Apesar de alertar para que não confundamos o registro identificatório (no seu sentido estrito, registro identificatório coincide com o imaginário) com a tomada de posição junto ao grupo, a autora afirma a existência da apreensão do sujeito sobre o social, que “vai demarcar a problemática identificatória, fazendo com que esta última não seja totalmente aprisionada na armadilha da relação imaginária” (Aulagnier, 1979, p. 150).

O sujeito se relaciona com o meio através de sua vinculação aos enunciados do fundamento. Assim, o investimento no campo social e, conseqüentemente, nos enunciados acerca desse campo implicam a adoção de uma determinada interpretação do passado e a crença em determinadas previsões e especulações sobre o futuro. Em outras palavras, a apropriação pelo sujeito do discurso fundador permite sua inscrição no social. Aulagnier sustenta a possibilidade de o sujeito investir no grupo, assumindo o fundamento enunciante como conseqüência do pré-investimento feito pelo grupo sobre a criança por meio do contrato narcisista firmado entre a criança e o grupo.

Assim, a existência do sujeito ideal ou sujeito do grupo possibilita e é possibilitada por sua saída da ilusão da relação a dois vivida no registro do imaginário, constituindo um sujeito marcado pelo cultural e social. Na adesão a um discurso fundador, é imprescindível a manutenção do real por ele legitimado. O real (grupo social) só se preserva se investido, como meio ideal, pela maioria dos seus membros. Para Aulagnier, meio ideal pode ser entendido como o meio que possibilita ao sujeito “projetar-se no lugar de um sujeito ideal”:

O sujeito ideal não é idêntico ao Ego Ideal ou ao Ideal do Ego: ele se refere ao sujeito do grupo, isto é, à idéia (termo aqui mais legítimo que o de imagem) de si mesmo que o sujeito pede ao grupo como conceito, conceito que o designa como um elemento pertencente a um todo que o reconhece como uma parte homogênea a ele. (Aulagnier, 1979, p.150)

Dessa forma, ocorre o estabelecimento de um pacto de troca (contrato de reconhecimento) entre sujeito e grupo, em que o grupo garante sua manutenção com a adesão do sujeito a um enunciado fundante e à repetição desse enunciado por meio da voz desse sujeito. Por seu turno, o sujeito vê-se reconhecido e tem garantido um suporte para o investimento da sua libido narcísica.

Acompanhando a autora, acreditamos que esses modelos de enunciados cumprem a função de apresentar uma resposta ao sujeito acerca da origem do seu mundo, da linguagem e da lei à qual se encontra submetido, respondendo assim à pergunta acerca da sua própria origem. A autora assinala também que, para sabermos se vários sujeitos encontram-se inscritos num mesmo grupo social, precisamos verificar a série relativa aos enunciados fundantes, ou seja, aquelas que se referem e dão sustentação ao discurso fundador de culturas.

Investigar os enunciados do fundamento produzidos e sustentados na e pela sociedade brasileira pode auxiliar-nos na compreensão das subjetividades aqui produzidas. Entretanto, nossa crítica recai sobre possíveis generalizações efetuadas a partir desse recorte, ou seja, preocupa-nos sua extensão ao coletivo dos brasileiros, como se as cenas fundantes explicitassem o funcionamento verdadeiro e único do psiquismo do brasileiro. Assim, analisar as formas que os discursos fundadores assumem atualmente no Brasil, bem como as relações entre esse discurso e as práticas sociais pode nos oferecer valiosas pistas acerca da constituição dos modelos identificatórios postos a trabalhar na sociedade brasileira, com a ressalva de que esses modelos são parciais, transitórios e associados a leituras históricas específicas.

A HISTÓRIA OFICIAL E A PRODUÇÃO SUBJETIVA

No que se refere à memória nacional e ao desenvolvimento histórico brasileiro, podemos observar, nas interpretações hegemônicas da nossa história, leituras sobre os momentos de separação, de individuação e de constituição da nação brasileira em relação à metrópole. Nessas leituras, as rupturas das relações de dependência são analisadas como marcadas por continuidades, conciliações e rompimentos parciais. Assim, tanto a separação de Portugal é entendida como realizada sob a égide da continuidade, de uma independência que se prolonga na dependência, quanto a República é caracterizada pela preservação e manutenção da ordem socioeconômica.

Na representação da cena fundante, segundo a história oficial, a terra-mãe é vista como abundante, repleta de riquezas e dons naturais e entregue às mãos ávidas dos portugueses – exploradores, que dela usufruíram e a abandonaram (mesmo que não abandonem na prática, o desejo do colono é entendido como o de fazer fortuna e retornar à sua “verdadeira” pátria-mãe). Essas interpretações forjam na memória nacional a cena de uma fundação marcada por uma mãe dadivosa e um pai oportunista, que negava sua paternidade (pelo menos a dos filhos locais), pois sua função paterna seria exercida alhures.

Dessa forma, a decepção dos filhos nacionais, da terra local, encarna-se na impossibilidade de constituição de um ideal de eu, inspirado pelo pai.

Nossa história, porém, continua a oferecer-nos diferentes sentidos e várias possibilidades de interpretação, sendo a narrada acima apenas uma das possíveis, aquela encontrada na maioria dos livros didáticos e na versão da memória oficial e hegemônica que, como sabemos, foi construída norteada pelos interesses dos dominadores e, posteriormente, pelos interesses classistas.

A história oficial, entretanto, “esquece” ou interpreta como esparsos e sem sentido os movimentos sociais que, aparentemente, explicitam tentativas de rompimento e de mudança vivenciadas por nossa gente. Na maioria das análises estabelecidas nos livros didáticos e disseminadas junto à população, esses movimentos são interpretados como atos de vandalismo, sem objetivos sociais e políticos a norteá-los. A título de exemplo, a maioria dos estudos sobre o fenômeno da escravidão é marcada por uma orientação elitista, baseada na análise do movimento abolicionista, em detrimento da rebelião e organização negra. Podemos acompanhar esse e outros processos de “esquecimento” ou de “adaptação” de episódios envolvendo pessoas pertencentes a camadas desprivilegiadas econômica e socialmente, em várias publicações sobre esse tema (**Revista da USP**, 1993-1994, 1989).

O quilombo dos Palmares, o mais célebre agrupamento de negros fugidos da escravidão, teve como um dos seus líderes Zumbi. Sabemos que esse refúgio, localizado no interior de Alagoas, no século XVII, foi fustigado até ser destruído por inúmeras expedições, das quais a mais conhecida era comandada por Domingos Jorge Velho. Acerca dessas expedições e dos seus líderes temos inúmeros relatos. Entretanto, sabemos muito pouco sobre o cotidiano dos quilombos, seu funcionamento, localização e lideranças. Podemos atribuir o escasso conhecimento acerca desse episódio à falta de documentação e, por outro lado, à leitura elitista que conduz a historiografia oficial.

Na mesma linha argumentativa podemos pensar as interpretações efetuadas das figuras dos líderes ou dos heróis em nosso país. Geralmente, a figura do herói passa pelo crivo da leitura histórica hegemônica, sendo construída e posteriormente assimilada pela população. Entretanto, cabe-nos perguntar: quais são os heróis e os líderes que povoam nossa história? Para a história oficial, Zumbi dos Palmares e Antônio Conselheiro são considerados transgressores ou alucinados.

Apesar do discurso sobre o brasileiro como homem cordial² e do mito das três raças, que procura responder pela nossa miscigenação constitutiva (Freyre, 1984), a violência e a discriminação campeiam a olhos vistos no cenário nacional. Trata-se muito mais de uma representação construída, buscando oferecer um sentido determinado e específico à sociabilidade e à identidade do brasileiro.

² Fazemos referência ao discurso do homem cordial na forma como esse conceito foi disseminado e apropriado pela maioria da população. A concepção que lhe atribui Sérgio Buarque de Hollanda (1994) não se sobrepõe à que utilizamos.

Num primeiro momento, nossa proposta é relevar que ocorre no país a produção de subjetividades capturadas pelos discursos da miscigenação e da cordialidade. Supomos que ampla parcela de pessoas elabora sua representação identitária como “cordial” e não preconceituosa, sustentando o discurso sobre os brasileiros como aptos a lidarem bem com a diferença. Contudo, ao acompanharmos o fazer-se da nação Brasil a partir da história dos excluídos – não só sujeitos, mas também conteúdos excluídos –, observamos a existência de manifestações e revoltas “esquecidas” pela historiografia e pela memória oficial, bem como sinais que abalam a imagem da cordialidade e da passividade nacional. Tais manifestações e revoltas podem ser consideradas como tentativas de ação sobre a realidade, com o objetivo de mudá-la. A história hegemônica, porém, ao expurgar da memória nacional esses acontecimentos, procura construir um sentido específico e estabelecer como verdade uma única leitura de fatos e acontecimentos.

A CENA FUNDANTE NO BRASIL

Conforme discutimos anteriormente, a cena fundante disseminada pela história oficial representa a terra-mãe como repleta de riquezas naturais e entregue a pais-exploradores que dela se beneficiaram e que a abandonaram. Utilizar esse mito de origem para análises da produção de subjetividades gera interpretações sobre a decepção dos filhos da terra, encarnada na sua impossibilidade de constituição de um ideal de eu e de reconhecimento da lei, inspirados pelo pai.

Segundo leituras dos modos de subjetivação produzidos no país, estes são marcados pela falta da lei, de cultura e de pai. Representações instauradas desde a colonização produzem seus ecos na contemporaneidade, redundando no entendimento das subjetividades brasileiras como cordiais e exóticas, porém com dificuldades de organização social e psíquica. São representações legitimadoras da necessidade do pai cultural idealizado e localizado em outra nação e cultura, capaz de instaurar a lei. Por um lado, essas leituras podem referir-se ao funcionamento subjetivo de uma parcela da população, não de um brasileiro universal. Dessa forma, generaliza-se a toda a população uma interpretação que possivelmente diz respeito a uma parcela dos brasileiros.

Uma outra dificuldade voltada à utilização da cena fundante amparada pela história oficial concerne à possibilidade de esse uso contribuir para a manutenção da idéia de que acontecimentos são constituídos por uma essência que pode ser desvendada e explicitada. Assim, mesmo que a cena da fundação retratasse o feliz encontro entre a mãe-terra, inóspita mas receptiva ao cultivo e à colonização, realizada por um pai colonizador disposto a cultivá-la, nela estabelecendo suas raízes (como parece ser o caso do mito fundante dos E.U.A.), ainda assim teríamos a cristalização de um sentido nessa representação, que poderia funcionar como bússola, imprimindo uma direção única à nação-filha, dificultando sua diferenciação.

Em um estudo anterior, no qual analisamos as representações da lei elaboradas por

brasileiros na sociedade contemporânea e suas relações com a produção de subjetividades, localizamos a demanda de identificação com o modelo da modernidade e a idealização de outras sociedades. Avaliamos que essa demanda explicitava a disseminação da interpretação construída pela história e memória oficial, que idealizaram o modelo de sociedade moderna e “fabricaram” uma história nacional que não condiz com as experiências da maioria da população (Souza, 1999).

Dessa forma, por partir de uma leitura específica da história brasileira, conferindo-lhe o estatuto de origem, análises orientadas pelo mito fundante e pela história oficial não consideram as singularidades das diferentes inserções socioeconômicas produzidas com o fazer-se do país. A nosso ver, a redução do enquadramento sócio-histórico também restringe a análise sobre as subjetividades no país, por adotar a concepção sobre a memória e a história do Brasil a partir de um único referencial. Em outras palavras, fica obliterada a possibilidade de interpretação de acontecimentos e experiências como marcos de ruptura e geradores de mudança, em decorrência do escamoteamento de episódios presentes no fazer-se do país, reveladores de outros sentidos para a existência da nação e dos brasileiros.

A prática clínica também colhe frutos amargos com a adoção, pelo profissional, desses referenciais. Assim, a concepção de que o modo de subjetivação ancora-se no discurso fundador, que apregoa a existência de um mito de origem, explicita-se na representação das subjetividades como constituídas por características psicológicas intrínsecas. Essa interpretação se estende ao trabalho clínico, pois a representação da identidade sustentada por uma essência orienta a adoção da concepção do psiquismo como universal e definido *a priori* e de práticas compreendidas como técnicas. Outros sentidos deixam de ser atribuídos a antigas e novas experiências, particularmente a experiência terapêutica.

A adoção do discurso fundador calcado no mito da origem pode sustentar um trabalho clínico que adota a identidade como essência e reitera uma memória petrificada que rechaça e nega o fazer-se cotidiano das pessoas como processo produtor de vários e múltiplos sentidos. Entretanto, novas possibilidades ensejam leituras que podem somar-se às anteriores ou alterá-las. Assim, vale lembrar o poeta e sua atividade de fazer brotar o sentido e os sentidos, e pensar o trabalho clínico como capaz de trilhar esse caminho ou outros.

ABSTRACT

This paper analyzes the presuppositions of the founding scenario and the official history as explanatory references to the constitution of the ways of subjectivity. The use of such presuppositions implies the adoption of the myth of origin capable of explaining the development of the country and of subjectiveness. Thus, we have both the question of content, sent to the representations built around the origin and the problem of maintenance of the status quo, created by the adoption of a “true” meaning assigned to historical interpretation. It is interesting to question that scenario due to its association with the conception of the subjective organization and of clinical practices.

Keywords: Founding scenario; History; Subjectivity.

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, L. T. **Clínica do social**: ensaios. São Paulo: Escuta, 1991.
- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- CALLIGARIS, C. **Hello Brasil**: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1992.
- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Escuta, 1995.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.
- GOLDENBERG, R. (Org.). **Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise**. Salvador: Ágalma, 1997.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- Revista da USP** – Dossiê Canudos. São Paulo, dez./jan./fev./, 1993,1994.
- Revista da USP** – Dossiê 100 anos de República. São Paulo, set./out./nov./, 1989.
- SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVEIRA, P.; CARDOSO, I. (Orgs.). **Utopia e mal-estar na cultura**: perspectivas psicanalíticas. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, M. **A experiência da lei e a lei da experiência**: ensaios sobre práticas sociais e subjetividades no Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro: Fapesp e Revan, 1999.
- SOUZA, M. A cordialidade como mal-estar ou a violência como recalcado. In: **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: Escuta, v. 2, n. 2, dez/1999.
- SOUZA, O. **Fantasia de Brasil**: as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.